

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENÀ EM PEDAGOGIA
MODALIDADE A DISTÂNCIA**

MARIA JOSÉ ALBERTO DA SILVA

**O DESENVOLVIMENTO DA CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA NA
PERSPECTIVA DE ARIÉS, KHULMANN E KRAMER**

**JOÃO PESSOA - PB
2018
MARIA JOSÉ ALBERTO DA SILVA**

O DESENVOLVIMENTO DA CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA NA PERSPECTIVA DE ARIÉS, KHULMANN E KRAMER

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, modalidade a distância, Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito institucional para a obtenção do título de licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof.^a M^a. Andrezza Raquel Cirne Bezerra.

**JOÃO PESSOA - PB
2018**

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586d Silva, Maria Jose Alberto da.

O Desenvolvimento da concepção de Infância na
Perspectiva de Ariès, Khulmann e Kramer / Maria Jose
Alberto da Silva. - João Pessoa, 2018. 0
f33.

Orientação: Andrezza Raquel Cirne Bezerra. Monografia
(Graduação) - UFPB/CE.

1. Concepção de Infância. Cuidar. Educar. I. Bezerra,
Andrezza Raquel Cirne. II. Título. UFPB/BC

**O DESENVOLVIMENTO DA CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA NA
PERSPECTIVA DE ARIÉS, KHULMANN E KRAMER**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em
Pedagogia na Modalidade a Distância, do Centro de
Educação da Universidade Federal da Paraíba,
como requisito parcial para obtenção do título de
Licenciada em pedagogia.

Aprovado em: 13 / 06 / 2018

BANCA EXAMINADORA

Profº Anderson Inaquel Lima Bezerra

Prof. Orientador

Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Prof. Romário Wesley Sinésio Moura

Prof. Convidado

Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Prof. _____

Prof. Convidado

Universidade Federal da Paraíba - UFPB

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter cuidado de mim e me conduzido durante todo este processo, especialmente, nos momentos mais angustiantes não me permitindo desistir.

A todos meus familiares, em especial, à minha mãe, Dona Maria, e ao meu pai, Cícero (*in memoriam*), por me apontar os melhores caminhos.

Aos meus amados e queridos filhos: Ana Paula, Pedro, Maria Verônica e Aline, por me incentivarem nas horas mais difíceis.

Ao meu companheiro, Fernando Gondim, pela compreensão e paciência.

A todos os meus professores, pessoas mais importantes, depois da minha família, por abrir minha mente com a luz do saber.

A todos os colegas professores da rede pública de ensino. Esses, sim, são heróis, pela resistência e bravura.

A todos que, direta ou indiretamente, fizeram parte para que este momento se tornasse realidade.

À professora Andrezza Raquel, por aceitar a orientação deste trabalho, mesmo sabendo das minhas limitações.

RESUMO

Esta pesquisa originou-se da curiosidade incitada pelas leituras realizadas durante o curso de Pedagogia, que trataram das concepções de infância. Estas suscitaram o interesse de um maior aprofundamento sobre como se deu o desenvolvimento das concepções de infância em determinado período da história. O problema desta pesquisa se dá em torno do entendimento do processo que se deu para o desenvolvimento e evolução das concepções de infância, os cuidados e como se dava a educação na infância partir do período medieval. Para tanto, fizemos a questão problematizadora que direciona este trabalho: como se dá o desenvolvimento da concepção de infância na perspectiva educativa, em suas dimensões social e escolar, de acordo com Ariès, Kulmann e Kramer? Desta pergunta, delimitamos nosso objetivo geral: Delinear um panorama sobre o desenvolvimento da concepção de infância, na perspectiva educativa, em suas dimensões social e escolar, de acordo com os teóricos Ariès, Kulmann e Kramer; do qual se desenvolveu os objetivos específicos: descrever como se dá a evolução dos processos de cuidar e educar nas perspectivas de Ariès a partir do século XIII; apresentar a evolução da infância na escola; verificar a influência das modificações sobre as concepções de infância na legislação brasileira. Sendo assim, o estudo em questão traz uma pesquisa bibliográfica fundamentada nos autores: Ariès (1981), Kramer (1998;1999;2000) e Kulmann (1998;2007) e documental, em que se buscou informações no aporte legal, que ampara e direciona sobre a criança e a educação infantil. Para fins de conclusões inacabadas, considera-se que no longo trajeto desde os tempos da infância negligenciada até a atualidade, a concepção de infância tem se delineado de forma gradativa e ascendente. Acredita-se que ainda há muito a se fazer, entende-se que é preciso mais investimentos no que se refere às políticas públicas e aos cuidados com as crianças, sejam nas instituições de ensino ou fora delas.

Palavras-chaves: Concepção de Infância. Cuidar. Educar.

RESUMEN

Esta investigación se originó de la curiosidad incitada por las lecturas realizadas durante el curso de Pedagogía que trataron de las concepciones de infancia. Estas han suscitado el interés de una mayor profundización sobre cómo se dio el desarrollo de las concepciones de infancia en determinado período de la historia. El problema de esta investigación se da en torno al entendimiento del proceso que se dio para el desarrollo y evolución de las concepciones de la infancia, los cuidados y cómo se daba la educación en la niñez desde el período medieval. Para ello, hicimos la cuestión problematizadora que dirige este trabajo: ¿Cómo se da el desarrollo de la concepción de la infancia en la perspectiva educativa, en sus dimensiones social y escolar, de acuerdo con Ariès, Kulmann y Kramer? De esta pregunta, delimitamos nuestro objetivo general: Delinear un panorama sobre el desarrollo de la concepción de la infancia, en la perspectiva educativa, en sus dimensiones social y escolar, de acuerdo con los teóricos Ariès, Kulmann y Kramer, del cual se desarrollaron los objetivos específicos: Describir cómo se da la evolución de los procesos de cuidar y educar en las perspectivas de Ariès a partir del siglo XIII; Presentar la evolución de la infancia en la escuela. Verificar la influencia de las modificaciones sobre las concepciones de infancia en la legislación brasileña. En este sentido, el estudio en cuestión trae una investigación bibliográfica fundamentada en los autores: Ariès (1981), Kramer (1998; 1999; 2000) y Kuhlmann (1998; 2007) y documental, en que se buscó información en el aporte legal que ampara y dirige sobre el niño y la educación infantil. Para fines de conclusiones inacabadas, se considera que en el largo trayecto desde de la negligencia en la infancia hasta la actualidad, la concepción de infancia se ha delineado de forma gradual y ascendente. Se cree que aún queda mucho por hacer, por lo tanto se necesitan más inversiones en lo que se refiere a las políticas públicas ya los cuidados con los niños, ya sea en las instituciones de enseñanza o fuera de ellas.

Palabras-claves: Concepción de Infancia, cuidar, educar.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	5
2 METODOLOGIA	8
3 CUIDAR E EDUCAR: CONCEITOS E CONCEPÇÕES GERAIS	10
4 PERSPECTIVA DA INFÂNCIA NO BRASIL.....	20
5 INFÂNCIA E EDUCAÇÃO ESCOLAR	24
6 CONSIDERAÇÕES.....	29
7 REFERÊNCIAS	32

1 INTRODUÇÃO

Desde os primórdios da vida em sociedade, a educação vem como base para uma sociedade inteligente e pensante, lotada de conhecimentos gerais e específicos. Assim, podemos entender a importância do estudo sobre a educação e sua evolução no decorrer dos anos.

Especificamente, a questão do desenvolvimento da concepção da infância veio também trazendo sua contribuição no ensino, fazendo com que estudiosos tratassem da pauta de forma cuidadosa, apontando o entendimento sobre a infância como algo primordial para o estudo da base da educação. Desta forma, ficou claro o quanto é fundamental entender melhor como funciona a infância de uma criança para que se deem os estudos sobre a educação como um todo.

Assim, os infantes são primordiais para a educação da mesma forma que entender a concepção de infância é para os estudos relacionados à mesma, por isso, é importante entender e estudar sobre a infância e todos os seus aspectos, incluindo as formas como são protegidas as crianças perante à legislação brasileira e os cuidados que são tidos por parte da família, Estado e escola a fim de dar base saudável às crianças do país.

Neste sentido, os autores Kramer, Ariès e Khulmann deixam importantes legados acerca dos estudos sobre o desenvolvimento das concepções de infância, entendidos por cada um, deixando uma curiosidade a cerca desta questão.

Desta forma, esta pesquisa originou-se da curiosidade incitada pelas leituras realizadas durante o curso de Pedagogia, que trataram das concepções de infância. Estas suscitaram o interesse de um maior aprofundamento sobre como se deu o desenvolvimento das concepções de infância do período medieval até a atualidade.

É no século XX que elas ocupam seu lugar na sociedade. Neste século, o conceito de infância se atrela ao sentimento de afetividade, do cuidar e do educar. Ao contrário de antigos conceitos, as crianças na atualidade devem ser respeitadas de acordo com sua fase de vida específica, e assumem um papel de destaque como cidadã e como sujeito de direito no cenário social; são pessoas a quem os poderes públicos cuidam e protegem.

No Brasil, os cuidados para com as crianças surgem com as entidades de amparo aos pequenos seres abandonados por suas famílias. Como forma de

protegê-las da morte, quase certa, criaram-se as Casas dos Expostos. De forma muito positiva, as crianças brasileiras, atualmente, têm amparo legal assegurado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Infantil (Lei 9.394/96).

O problema, pois, desta pesquisa será a busca de entendimento do processo que se deu para o desenvolvimento e evolução das concepções de infância, os cuidados e como se dava a educação na infância a partir do período medieval.

A questão problematizadora que direcionará este trabalho é: como se dá o desenvolvimento da concepção de infância, na perspectiva educativa, em suas dimensões social e escolar, de acordo com Ariès, Kulmann e Kramer?

Essa indagação estimulada pela curiosidade advinda das leituras realizadas acerca do tema durante o curso de Pedagogia suscitou uma busca da compreensão sobre o desenvolvimento das concepções de infância. Tal compreensão serve para analisar os processos históricos e sociais que culminaram na criação de um aparato legal no Brasil que visa amparar as crianças na atualidade.

Neste trabalho, delimitou-se como objetivo geral de estudo: delinear um panorama sobre o desenvolvimento da concepção de infância na perspectiva educativa, em suas dimensões social e escolar, de acordo com os teóricos Ariès, Kulmann e Kramer.

A partir do intuito de delinear um panorama da concepção de infância, segundo os teóricos já referidos, delimitamos os seguintes objetivos específicos: descrever como se dá a evolução dos processos de cuidar e educar; apresentar a evolução da infância na escola; e, verificar a influência das modificações sobre as concepções de infância na legislação brasileira.

Sendo assim, o que justifica a escolha do tema em questão são as várias leituras de textos sobre as concepções de infância, bem como o cuidar e educar durante todo curso de pedagogia, além da inquietação desta autora em busca de conhecimentos teóricos, sobre pontos importantes com foco nas concepções de infância: cuidar e educar a luz de estudos anteriores. A importância desse estudo se ancora na oportunidade, de através das leituras e reflexões sobre o tema, ampliar os conhecimentos com base nas contribuições desses pensadores.

Neste contexto, continuaremos descrevendo o tema através de uma organização dividida em cinco partes: a primeira, a introdução, em que estamos

adentrando o tema; a segunda procura conceituar o cuidar e o educar, fazendo uma abordagem da construção conceitual do cuidar e educar em sociedade passada e contemporânea; a terceira que discorre sobre a perspectiva da infância no Brasil; a quarta que traz elementos acerca da infância e a educação escolar; e a quinta parte, traz nossas considerações sobre o que foi descrito e apresentado neste trabalho. Por fim, temos as considerações finais, que fazem um resumo do que fora trabalho em todo o texto.

2 METODOLOGIA

Como metodologia, optou-se pela pesquisa qualitativa do tipo bibliográfica e documental. Isto é, todas as informações serão resultados de estudos e de leituras sobre o tema, podendo assim descrever a concepção de infância e dos cuidados ofertados pela família e pela sociedade, bem como o modo como essas crianças eram educadas.

Utilizamos, para a análise em documentos, os Parâmetros Nacionais de Qualidade para as Instituições de Educação Infantil (2006), Referencial Curricular para a Educação Infantil (RCNEI, 1998), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996), entre outros. Para a análise bibliográfica, recorreremos, fundamentalmente, aos três autores chamados no título deste estudo, Áries (1981), Kramer (1998;1999;2000) e Kuhlmann (1998;2007). Consideramos também as reflexões de outros estudiosos, não menos importantes, que tratam da temática em questão, como Oliveira (2005), Freitas (2003), Sarmiento (2002).

Buscamos informações esclarecedoras sobre a concepção de criança, de como se desenvolveu o lento percurso histórico a partir da idade média, e essa mesma evolução, até a atualidade. Foi imprescindível um retrospecto histórico, baseado em especialistas no assunto, bem como em documentos oficiais.

Para auxiliar-nos a respeito da metodologia de caráter bibliográfico e documental, Gil explica:

Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre um determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de matérias que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos de pesquisa. (GIL, 1994, p. 73)

Todas as informações são frutos de muitas leituras realizadas sobre o tema, podendo, assim, descrever como se dá a evolução dos processos de cuidar e educar. Apresentar a evolução da escola e também verificar a influência das modificações sobre as concepções de infância no decorrer do tempo na legislação brasileira. Recorro ao pensamento de Elisa Gonçalves sobre ser um bom leitor.

O bom leitor não lê para concordar ou para discordar do autor. Essa não é uma questão relevante. O que interessa é o que se lê

para refletir sobre o que ainda não se conseguiu pensar, sendo capaz de admirar mesmo quando discorda. (GONSALVES, 2007, p. 80)

Os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (1997) fortalecem a visão apresentada por Gonsalves (2007), ao referir que a leitura tem a finalidade de formar leitores competentes, capazes de ler e entender o que leu, compreendendo as ideias explícitas e implícitas da leitura, isto é, entender os sentidos contidos no texto.

A leitura é o processo no qual o leitor realiza um trabalho ativo de construção e significado do texto, a partir dos seus objetivos, do seu conhecimento sobre o assunto, sobre o autor, de tudo o que sabe sobre a língua: características do gênero, do portado, do sistema de escrita, etc. Não se trata simplesmente de extrair informação da escrita, decodificando-a letra por letra, palavra por palavra. Trata-se de uma atividade que implica, necessariamente, compreensão na qual os sentidos começam a ser constituídos antes da leitura propriamente dita (Parâmetros Curriculares Nacionais: Secretaria de Educação Fundamental – Brasília, 1997, p.53).

Sobre a pesquisa qualitativa, vimos que não se trata de verificar as relações de causa e consequência entre os fenômenos considerando os sentidos da pesquisa, mas o pesquisador visa buscar os resultados por meio de investigação.

[...] na pesquisa qualitativa, não se procura observar a influência de uma variável em outra. O pesquisador está interessado em um processo que ocorre em determinado ambiente e quer saber como atores sociais envolvidos nesses processos o percebem, ou seja: como interpretam. (BORTONI-RICARDO, 2008, p.34)

Sendo assim, este trabalho sobre as concepções de infância, tendo como base a pesquisa qualitativa e bibliográfica e documental, preocupou-se em investigar o problema inerente à indagação, procurando compreender o fenômeno da evolução histórica da infância, da antiguidade à contemporaneidade.

3 CUIDAR E EDUCAR: CONCEITOS E CONCEPÇÕES GERAIS

Os estudos de Ariès apontam que o surgimento da concepção de infância começa no século XIII, representada por meio da iconografia, que é a arte de representar através de imagens. Conforme o dicionarista Silveira Bueno (2000? p.487), “descrição e conhecimentos de imagens, retratos, quadros ou monumentos, particularmente dos antigos; estudos em que em que se acham produzidos estudos dessa natureza”. Isso porque, na Idade Média, geralmente, as pessoas não sabiam ler. Para tanto, fazia-se o uso das imagens com temas voltados à religião. Ariès (1981, p.55), “dessa iconografia religiosa da infância, iria finalmente destacar-se uma iconografia leiga...”, mas é no século XVI que seu desenvolvimento tornou-se importante, pois é a partir desse período da história que a descoberta da infância ganha maior ênfase.

A fase da infância, biologicamente falando, sempre existiu, mas o sentimento de infância é algo socialmente construído de acordo com o tempo em que estes sujeitos se inserem. Até o período medieval, o sentimento de infância não existia. A infância como fase específica de vida pode ser acompanhada na história da arte, através da iconografia dos séculos XV e XVI. De acordo com Ariès (1981, p. 65), “(...) os sinais de seu desenvolvimento tornaram-se particularmente numerosos e significativos a partir do fim do século XVI e durante o século XVII”. Nesse período as crianças eram vistas como um ser frágil e sem importância para a família e para a sociedade. Ariès (1981, p.10), afirmou: “a passagem da criança pela família e pela sociedade era muito breve e muito insignificante.” No entanto, a partir do século XVII, nota-se um processo de mudança no pensamento, sobre a criança e a infância. Surgiram, então, as primeiras escolas e primeiras instituições para ensinar as crianças pequenas.

Isso significa que há uma ruptura na forma de ensino que anteriormente consistia na aprendizagem através da prática e no convívio com os adultos. A condição da mulher era semelhante a da criança, submissa e subalterna não frequentavam a escola. Sua aprendizagem era direcionada à prenda doméstica. A negligência com as crianças é uma das características do período medieval, pois as consideravam criaturas instáveis de pouca importância. Elas viviam comungando os mesmos espaços com os adultos, pois eram como se fossem pequenos adultos.

Diferentes, apenas no tamanho e na força, participavam das manifestações sociais em pé de igualdade com estes.

[...] elas envolviam toda a sociedade, de cuja vitalidade era a manifestação periódica. Ora, as crianças – as crianças e os jovens participavam delas em pé de igualdade com todos os outros membros da sociedade, e quase sempre desempenhavam um papel que lhes era reservado pela tradição. (ARIÈS,1981, p. 94)

Quanto à aprendizagem as crianças aprendiam com a prática, através da convivência no dia a dia. Nesse sentido, Ponce (2005), concorda com Ariès (1981), claramente ao afirmar:

Usando uma terminologia a gosto dos educadores atuais, diríamos que, nas comunidades primitivas, o ensino era para a vida e por meio da vida; para aprender a manejar o arco, a criança caçava, para aprender a guiar um barco navegava. As crianças se educavam tomando parte nas funções da coletividade. E, porque tomava parte nas funções sociais, elas se mantinham, não obstante as diferenças naturais, no mesmo nível que os adultos. (PONCE, 2005, p.19)

Mas é no século XVIII, com a descoberta dos métodos contraceptivos, que as famílias começaram a planejar e a ter um sentimento de afetividade, uma vez que poderiam planejar e conceber o número de filhos, conforme o desejo do casal.

A respeito da educação escolar, até o século XIX, era uma disciplina rígida a base de humilhantes castigos físicos, eram atitudes usadas por pais e professores, nesses utilizava-se instrumentos como a palmatoria, chicote e a fôrula.

Foi no século XX que elas ocuparam seu lugar na sociedade, neste século, o conceito de infância atrela-se ao sentimento de afetividade, do cuidar e do educar. Ao contrário de antigos conceitos, as crianças na atualidade devem ser respeitadas de acordo com sua fase de vida específica e assumem um papel de destaque como cidadã e como sujeito de direito no cenário social, são pessoas a quem os poderes públicos cuidam e protegem.

No Brasil, os cuidados para com as crianças surgem com as entidades de amparo aos pequenos seres abandonados por suas famílias. Como forma de protegê-las da morte, quase certa, criaram-se as Casas dos Expostos. De forma ascendente, as crianças brasileiras, tem amparo legal assegurados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação da Infantil (9.394/96).

A partir do século XVII, nota-se uma mudança do pensamento sobre criança e infância, e surgem as primeiras escolas, as primeiras instituições para ensinar crianças pequenas.

Apresenta-se uma mudança de mentalidade, nela as crianças assumem um lugar de destaque que lhes confere no convívio familiar e social. Não mais um pequeno adulto, mas um ser com direito a educação, ao seu bem estar físico, mental e ao seu desenvolvimento de forma harmoniosa e integral.

No final do século XIX, começaram a surgir creches, como forma de proteger as crianças. Essas instituições tinham um caráter exclusivamente filantrópico, surgiram em oposição à Casa dos Expostos, de acordo com Kuhlmann Junior:

(...) um conjunto de medidas que conformam uma nova concepção assistencial, a assistência científica, abarcando aspectos como a alimentação, e habitação dos trabalhadores e dos pobres (...) A creche, para as crianças de 0 a três anos, foi vista muito mais do que um aperfeiçoamento das Casas de Exposto, que recebiam as crianças abandonadas; pelo contrário, foi apresentada em substituição ou oposição a estas, para que as mães não abandonassem as suas crianças. (KUHLMANN, 1998, p. 78)

A descoberta da infância, enquanto fase diferenciada da vida, começou no século XIII, e sua evolução pode ser acompanhada na história da arte e na iconografia dos séculos XV e XVI. Mas os sinais de seu desenvolvimento tornaram-se particularmente numerosos e significativos a partir do século XVI e durante o século XVII (ÀRIES, 1981, p. 65). Simultaneamente com o processo de transição para a sociedade moderna na qual ocorrem as transformações políticas e econômicas, isto é, a ruptura do regime feudal e o início do capitalismo.

Até a metade da idade média, a educação não se destinava a preparar para a cidadania, ou a preparação para uma profissão como vemos atualmente. A educação se remetia a formas de inculcar modelos morais, religiosos e ensinar a arte da oratória, da guerra. Portanto, a educação tinha a função de preparar para um convívio social, de acordo com os parâmetros sociais e culturais desse período.

Logo cedo na vida, a criança era colocada em outra família para aprender os trabalhos domésticos e os valores humanos, como ressalta Ariès: (1981, p.10), “Quando ela conseguia superar os primeiros perigos e sobreviver ao tempo da ‘paparicação’, era comum que passasse a viver em outra casa que não a de sua família”.

A concepção de criança como um ser que necessita de cuidados e de afeto da família e da sociedade é característica da sociedade moderna. É nesse período que a sociedade dispensa uma atenção diferenciada do adulto e, assim sendo, merecedora de cuidados especiais. Isso significa que já não são pequenos adultos. Kuhlmann (2010, p.22), afirma que “O sentimento de infância não seria inexistente em tempos antigos ou na Idade Média [...]”. Desse modo, o autor destaca a importância de se estudar a concepção de infância no tempo histórico, mas ressalta que não acontece de forma linear.

É preciso considerar a infância como uma condição da criança. O conjunto das experiências vividas por elas em diferentes lugares históricos, geográficos e sociais é muito mais do que uma representação dos adultos sobre essa fase da vida. É preciso conhecer as representações de infância e considerar as crianças concretas, localizá-las como produtoras da história (KUHLMANN, 2010, p.30).

Nessa mesma linha de pensamento, Kramer assegura:

A inserção concreta das crianças e seus papéis variam com as formas de organização da sociedade. Assim, a ideia de infância não existiu sempre da mesma maneira. Ao contrário, a noção de infância surgiu com a sociedade capitalista, urbano-industrial, na medida em que mudavam a inserção e o papel social da criança na comunidade (KRAMER, 2006, p.14).

Até o século XVI, as crianças conviviam e compartilhavam com os adultos todos os espaços sociais, isto é, não havia infância, mas adultos em miniatura. A infância terminava aos sete anos e logo se iniciava a vida adulta,

A construção histórica da infância foi um resultado de um processo complexo de produções de representações sobre as crianças, de estruturação dos seus cotidianos e mundo de vida e, especialmente de constituição de organizações sociais para crianças. (SARMENTO, 2004, p. 3)

No entanto, um indivíduo com vinte e quatro anos de idade podia ser confundido com uma criança. Assim, Ariès escreveu:

Segundo calendário das idades do século XVI, anos 24 anos é criança forte e virtuosa, assim acontece com as crianças quando elas têm 18 anos. A longa duração da infância tal como aparecia na

língua comum, provinha da indiferença que se sentia então pelos fenômenos propriamente biológicos: ninguém teria a ideia de limitar a infância pela puberdade. A ideia de infância estava ligada a ideia de dependência. (ÁRIES, 1981, p. 42).

No Brasil, as instituições para a educação infantil entram nos discursos sociais desde os tempos do Império. Eram vistas como meio de educar as crianças e suas mães. De caráter assistencialista, estavam direcionadas às crianças e as mães de classes sociais menos favorecidas. De acordo com Kuhlmann (2000, p. 12), “nos primeiros textos sobre instituições de educação infantil, na transição do Império para a República, estas foram vistas como um meio de educar as crianças e as mães pobres”.

Da infância desconhecida, passando à educação do Império até a contemporaneidade, a educação para as crianças pequenas tem se destacado no cenário educacional brasileiro, mas esse enfoque ganha força com a promulgação da Constituição de 1988.

A história registra que o início da educação no Brasil coincide com a invasão dos portugueses. Sabe-se que antes desse acontecimento histórico estas terras não eram despovoadas. Havia um povo com seus costumes e vivências naturais de cada tribo. Não trataremos aqui de como essas pessoas se educavam e educavam seus filhos. É certo que tinham seu modo peculiar de aquisição e transmissão de conhecimento, como também suas formas de cuidados entre si.

A educação brasileira em seu início era ofertada pelos padres jesuítas, chegados ao país 1549. De acordo com Machado (2009, p. 200), “[...] com o início da pré-colonização, mais especificamente, com a chegada dos jesuítas ao Brasil, chefiada pelo Padre Manoel da Nobrega, que começava o que podemos chamar, de início da nossa história oficial”.

Para os jesuítas, as crianças nativas, era alguém sem importância, sendo inclusive comparadas aos animais. Eram essas criaturas que os padres desejavam com fins de evangelizar, converter a fé cristã e salvação das almas.

[...] embora considerados pouco mais importantes do que os animais, os pequenos indígenas eram vistos como uma espécie de papel em branco, uma cera virgem ou uma tabula rasa em que tanto se desejava escrever sob o pretexto de “salvação das almas”. A evangelização dos pequenos indígenas forçava a viabilizar uma difícil conversão dos “abomináveis” costumes selvagens aos princípios da

fé cristã, sobre tudo, quando arrancados muito cedo suas famílias para que fossem educados pelos padres. (MACHADO, 2009, p. 200).

Os jesuítas chegados ao Brasil tinham o objetivo de conversão das almas, conquistar almas para salvação. Pensando assim, eles precisavam fazer profundas transformações no modo de vida dos gentios. Essas transformações custaram muito aos nativos, pois era preciso abandonar os antigos costumes e aderir a outros que os levaram a muitos sofrimentos. Era usada uma pedagogia que tinha como princípio a disciplina através de severos castigos.

[...] para enfrentar o desafio da conversão dos indígenas em catequizados, os jesuítas se empenharam, principalmente, na adoção de castigos, como eficaz instrumento no processo de catequização e de instrução. A disciplina, a autoflagelação e o medo eram características principais dessa “pedagogia” exercida com severidade pelos jesuítas. (MACHADO, 2009, p. 201).

Os jesuítas permaneceram no Brasil durante 210 anos, quando foram expulsos pelo Marques de Pombal em 1759. Durante o período que estiveram no Brasil, se destacaram na educação e na catequese dos índios e dos colonos. Charliton Machado (2009) enfatiza que “data de 1759 a expulsão dos jesuítas da metrópole e das colônias”.

A educação era voltada para os interesses da igreja católica, o que contrariava os interesses do país. Recorro a Machado (2009, p.210), que diz: “(...) eles educavam o cristão a serviço da ordem religiosa, e não dos interesses do país”. Fundaram diversas instituições educacionais que resistem ao tempo e ainda existem, não somente no Brasil, mas em diversos lugares do mundo.

No momento da expulsão, os jesuítas tinham 25 residências, 36 missões e 17 colégios e seminários, além de seminários menores e escolas de primeiras letras instaladas em todas as cidades onde havia casas da Companhia de Jesus. (MACHADO, 2009, p.210)

Depois da expulsão dos jesuítas, a educação brasileira passa por um novo e emblemático embate. O marques de Pombal apresenta um novo projeto educacional, no qual ele queria um ensino que fosse voltado para o desenvolvimento de Portugal com aulas direcionadas para o ensino médio e superior, além das escolas de primeiras letras, onde se ensinava a ler, escrever e contar, além de

filosofia racional e moral, esta para o ensino secundário. Foi criado o sistema das aulas régias.

Durante muito tempo, essa reforma levou a educação ao retrocesso, pois, alguns aspectos contribuíram para esse desastre. Primeiro, foram criadas as aulas régias, sistema que os professores eram nomeados pelo rei para um cargo vitalício, outro os professores não estavam preparados para exercer o exercício ao qual se propunha.

(...) os professores, geralmente, não estavam bem preparados para a função, já que eram improvisados e mal pagos. Eram nomeados por indicação ou sob concordância de bispos e se tornavam “proprietários” vitalícios de suas aulas régias declinando da necessidade de atualização. (MACHADO,2009, P. 213)

Na reforma de Pombal, destaca-se a exclusão da maioria dos colonos e procura beneficiar a elite agrária dominante, ao contrário da educação dos jesuítas, em alguns aspectos, pois, os índios aculturados, os brancos e os pobres tinham acesso a educação, no entanto esta abria espaço para a educação da elite.

De maneira geral, podemos dizer que a formação modernizada, pretendida por Pombal, manteve a exclusão da maioria da população em perspectiva escolar na Colônia, beneficiando, quando muito, apenas a elite agrária dominante. A educação da Era dos Jesuítas, ainda acessível aos brancos, pobres e aos índios aculturados, cedia lugar, em importância, gradativamente, à educação da elite. (MACHADO,2009, p. 211).

A família Real chega ao Brasil em 1808, em fuga do exército de Napoleão Bonaparte (MACHADO, 2009). A partir daí, funda-se a Era Pombalina e inicia-se importantes transformações no cenário colonial, destacando-se a educação e a cultura, mas precisamente o ensino superior.

Porém, o grande legado do governo de D. João VI foi a criação da Imprensa Régia. Mas vale salientar que essas transformações objetivavam suprir as necessidades da família Real. Para tanto, ele funda Academias Militares, escola de Direito e Medicina.

Para atender as necessidades de sua estadia no Brasil, D. João VI fundou Academias Militares, Escola de Direito e Medicina, a

Biblioteca Real e, sua iniciativa mais marcante nem termos de mudanças a < Imprensa Régia>. (MACHADO, 2009, p.216)

Com todos esses acontecimentos, não diminuía a precariedade nos cuidados com a criança. Ela continuava sendo vítima da pobreza, do abandono e maus tratos. A se criar alternativas para atender a demanda infantil necessitada, muitas vezes era acolhida em casas de religiosas para guarda dessas crianças, isto é, os espaços filantrópicos. Segundo Kuhlmann Junior (1999, p. 61), “filantropia representaria a organização racional da assistência, em substituição à caridade, prática dominada pela emoção, por sentimento de simpatia e piedade”.

É nesse contexto que a sociedade brasileira volta seu olhar para os cuidados com a infância. Eram nas Santas Casas e na Câmara que se acolhia as crianças abandonadas. Desse modo, foi entre o século XVIII e XIX que se pensou em educação para os filhos dos pobres livres, isto é, as escolas das primeiras letras para oferecimento de instrução elementar e profissional, enquanto que para a elite era um cuidado educacional diferenciado com fins de continuar a formação.

Dessa forma, as instituições educacionais dirigidas aos meninos, as escolas das primeiras letras, tinham como meta a instrução elementar e profissional do povo, formado, em geral, pelos filhos de pobres livres, posto que, à elite era atribuída um cuidado educacional diferenciado e em condições de continuidade na formação. (MACHADO, 2009, p. 2016)

As crianças pobres não tinham a mesma atenção que as crianças abastadas, pois eram merecedoras de caridade. O estado priorizava a formação da elite enquanto menosprezava a educação direcionada aos mais pobres. Podemos tratar dessa questão pelas palavras de Charliton Machado ao afirmar que:

(...) no Brasil do Império unificado e centralizado, a educação continuou restrita à ordem social de elite hierárquica e conservadora, ainda que, de forma pouco contundente, estabelecendo-se no discurso e na estratégia de poder a necessidade de se assistir a educar os mais pobres. Porém marginalizava as camadas mais populares, configurando-se num movimento elitista, estendendo-se no máximo às camadas médias da sociedade, como intelectuais, militares e religiosos. (MACHADO, 2009, p. 222).

Na primeira metade do século XIX, juntamente com o início do segundo Império, governado por D. Pedro II, foi um período de acontecimentos importantes

no Brasil: a proclamação da República, a Abolição da escravatura e na Europa vivia-se o momento da Segunda Revolução Industrial. É a partir desses acontecimentos que se pensou numa educação pública para todos. De acordo com Hilsdorf,

(...) as lideranças políticas e culturais da geração da independência organizam asilo de órfãos, casas de correção e trabalhos, rodas dos expostos, jardins botânicos, escolas de educação popular, aulas de francês, bibliotecas e cursos superiores, adoção do sistema métrico decimal, enfim, uma rede de instituições e práticas civilizatórias, direcionada à guarda, proteção e formação da população. (HILSDORF, 2003, p.43)

Com o fim do Império proclama-se a República no Brasil. Período entre 1889 a 1930. O acesso à educação continuava sendo privilégio da elite. Entretanto, a classe média reivindicava a inserção das pessoas das classes menos favorecidas: os escravos, os pobres, os analfabetos, as mulheres e as crianças os mesmos direitos de acesso à educação.

Nesse ínterim, houve três reformas importantes, que vieram a influenciar nesse sentido. A Reforma Benjamin Constant, simpatizante de Comte e da sua filosofia positivista, tinha como lema a liberdade, a laicidade do ensino e a gratuidade da escola primária.

A Reforma Epitácio Pessoa propunha dotar os alunos de Cultura Intelectual para ingresso no ensino superior. Diferentemente da Reforma Benjamin Constant, Cury (2009, p 720), diz: “A reforma de 1901, de Epitácio Pessoa, buscou tornar exequível aquela gerada por Benjamin Constant, considerada adequada, porém em seus delineamentos genéricos”.

E ainda a Reforma Rivadávia defensora de um ensino preparatório para a vida. De acordo com Cury (2009, p. 724) “em 1879, Rivadávia aponta a emergência do ensino livre como substituto do ensino obrigatório”.

Em 1932, um grupo de 26 intelectuais, a maioria professores, Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Manuel Lourenço Filho são os personagens mais importantes desse movimento. Eles apresentaram propostas para a educação brasileira para que houvesse uma reorganização na estrutura desta. Abordaram alguns princípios, tais como: educação como obrigação do estado, pública, laica, de qualidade para todos os brasileiros. Esse movimento ficou conhecido como “O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”.

Assim como a construção histórica do sentimento de infância, a educação as crianças, também passou por um processo ao longo do tempo. A Educação Infantil se configura na história como uma política assistencialista, mas também de lutas para sua implementação como parte importante para o desenvolvimento humano a partir dos cuidados e da educação das crianças pequenas.

As instituições destinadas ao cuidar e educar tem seu início com a Roda dos Expostos. Foram criadas na Europa Medieval, na Itália, Marcílio (1997, p.54), “As rodas dos expostos tiveram origem na Idade Média e na Itália”, com objetivos de amparar as crianças abandonadas e garantir a o anonimato das pessoas que as abandonavam. Naquele tempo era comum abandonar as crianças à própria sorte, e por isso muitas acabavam morrendo de fome, muitas vezes cruéis. Como afirma, Marcílio:

O sistema de rodas de expostos foi inventado na Europa medieval. Seria ele um meio encontrado para garantir o anonimato do expositor e assim estimulá-lo a levar o bebê que não desejava para a roda, em lugar de abandoná-lo pelos caminhos, bosques, lixo, porta de igreja ou de casas de família, como era o costume, na falta de outra opção. Assim procedendo, a maioria das criancinhas morriam de fome, de frio ou mesmo comidas pelos animais, antes de serem encontradas e recolhidas por almas caridosas. (MARCÍLIO, 1997, p.52).

No Brasil foram implantadas três rodas dos expostos no período Colonial, a primeira em Salvador, Rio de Janeiro e a última em Recife.

Durante a época colonial, foram implantadas três rodas de expostos no Brasil, em suas cidades mais importantes: a primeira em Salvador, logo a seguir outra no Rio de Janeiro e a última em Recife (MARCÍLIO, 1997, p.52)

Todas administradas pelas Santas Casas, que tinham como preocupação primordial a salvação das pequenas almas. Marcílio (1997, p. 52), “A primeira preocupação do sistema para com a criança nela deixada era de providenciar o batismo salvando a alma da criança”.

É assim que no final do século XIX, surgem as primeiras creches como entidades filantrópicas de assistência à pobreza, especialmente para proteger as crianças, cuidar da higiene, combater a desnutrição e formar hábitos e costumes morais nas famílias.

4 PERSPECTIVA DA INFÂNCIA NO BRASIL

A evolução histórica do conceito de infância foi lenta e árdua, porque se demorou muito tempo para se perceber a criança como um ser que vivencia uma fase específica, que se apresenta em construção como sujeito e que, portanto, necessita de carinho e proteção.

Alguns pensadores que se debruçaram aos estudos sobre as concepções de infância, como elas são definidas atualmente, concordam que a infância é algo socialmente construído. A exemplo: Ariès, Kramer, Kuhlmann, entre outros. A partir do momento que a criança adquire o status de sujeitos de direito passou a lugar de destaque na sociedade.

Mas nem sempre foi assim. Segundo Kramer:

A ideia de infância como se pode concluir, não existiu sempre, e da mesma maneira. Ao contrário, ela aparece com a sociedade capitalista, urbano-industrial, na medida em que muda a inserção e o papel social desempenhado pela criança na comunidade. (KRAMER, 1984, p. 19).

Quando a escola se tornou instituição, o conceito de infância, solidifica-se no amplo sentido, requisitando às crianças espaços exclusivos inerentes a sua fase de vida específica. Isso, acompanhando as mudanças sociais da modernidade. Assim sendo, exige uma postura em relação aos cuidados com os pequenos, pois se desenvolveram muitas técnicas na área da saúde que modificaram os hábitos, os costumes em relação aos cuidados com o corpo. Essas atitudes, só não mudaram os modelos medievais, como também consolidou uma nova concepção de infância.

Compartilhando com essa ideia, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, destaca:

(...)a concepção de criança como uma noção historicamente construída e conseqüentemente vem mudando ao longo dos tempos, não apresentando de forma homogênea nem mesmo no interior de uma mesma sociedade e época” (RCNI,1998, p. 21)

Sônia Kramer (2003), em acordo com RCNI, afirma que o ideário de infância surge na modernidade sob a égide dos avanços sociais e tecnológicos.

[...] a idéia de infância surge no contexto histórico e social da modernidade, com a redução dos índices de mortalidade infantil graças ao avanço da ciência e a mudanças econômicas e sociais. Sabemos que a idéia de infância, da maneira como hoje a conhecemos, nasceu no interior das classes médias que se formavam no interior da burguesia. (KRAMER, p. 87. 2003.).

A relação da concepção de criança com a escola é este sentimento de cuidado que os modernos passaram ter com as crianças, surgindo à necessidade de apartá-la deste mundo híbrido. Por isso, inferimos que a configuração do espaço escolar para crianças se deu a partir das mudanças dobre a forma de entender a infância como uma fase de vida específica, com necessidades educativas, sociais e culturais distintas. ARIÈS (1981, p. 159) destaca que:

Os tratados de educação do século XVII insistem nos deveres dos pais relativos à escolha do colégio e do preceptor, e a supervisão dos estudos, à repetição das lições, quando a criança vinha dormir em casa. O clima era agora completamente diferente, mais próximo do nosso, como se a família moderna tivesse nascido ao mesmo tempo que a escola, ou, ao menos, que o hábito geral de educar as crianças.

Delimitando um espaço de tempo a partir de 1930, verificou-se avultoso avanço na oferta da educação, mas a educação infantil era até então negligenciada. Não existia uma política de educação para as crianças de 0 a 5 anos. Como salienta Osvaldo Maia:

(...) a educação infantil relativa às crianças pequenas, essas que a Lei situou entre 0e 5 anos de idade. Mas, temos uma explicação para isso. O fato é que (...) não havia no Brasil uma política de educação definida para essas crianças. Aliás, só estava visível a partir da Lei 9.394/1996 (MAIA, 2009, p.202)

É a partir da promulgação da Lei 9.694/1996 (Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional-LDBEN) em seu artigo 29, que é assegurado o direito à criança de até seis anos de idade, à educação infantil como favorecimento do seu desenvolvimento integral em todos os seus aspectos.

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social,

complementando a ação da família e da comunidade, (LDBEN,2005, p. 17).

Todavia, convém ressaltar a conquista na Constituição Federal de 1988 do reconhecimento da educação em creches e pré-escolas como um direito dos pequenos cidadãos, assegurados pelo Estado. A inserção da Educação Infantil na Educação Básica é o reconhecimento de que a educação começa nos primeiros anos, sendo essencial para o cumprimento do seu objetivo.

O tema das crianças de 0 a 6 anos e seus direitos, a política de educação infantil, as práticas com as crianças e as alternativas de formação vem ocupando os debates educacionais e a ação de movimentos sócias no Brasil nos últimos 20 anos. O reconhecimento desse direito afirmado na Constituição de 1988. (KRAMER, 2006, p. 798).

Conforme já foi escrito, é sabido que a história das instituições de assistência à criança no Brasil tem sua origem na Roda dos Expostos. As primeiras surgiram em Salvador, no período colonial, pela Santa Casa de Misericórdia, destinavam-se ao acolhimento de crianças abandonadas pelas mães, por razões diversas.

No entanto, com o passar do tempo, as concepções de criança, de infância e Educação Infantil ganhou novos contornos. Observam-se muitas mudanças, sejam nas formas do cuidar, do educar e na forma de como os adultos as entendem. Seu desenvolvimento integral é um fator importante na família e na sociedade. Portanto, as novas demandas da Constituição Federal afere às crianças o direito a cidadania, garantido sua proteção assegurada por sua família, pelo meio social e pelos poderes públicos, através das políticas públicas com o intuito de fazer valer o que define a Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional.

Nessa direção, Vital Didonet, debruçou-se sobre a temática do cuidar, educar e no que discerne ao desenvolvimento integral dos petizes, e ainda afirma que esses conceitos são inseparáveis, pois a medida em que, se cuida se educa, ao tempo em que colabora com o desenvolvimento destes.

Educar e cuidar, duas ações separadas na origem dos serviços de atenção à criança pequena, tornam-se, aos poucos, duas faces de um ato único de zelo pelo desenvolvimento integral da criança. Cuidar e educar se realizam num gesto indissociável de atenção

integral. Cuidando, se educa. Educando, se cuida. Impossível um sem o outro. (DIDONET, 2011, p. 13)

Entretanto, Kuhlmann relata que a educação infantil no modelo atual, sobrecarrega as crianças pequenas de muita responsabilidade, exigindo-se delas muito esforço, segundo este estudioso, desnecessário.

(...) o que coloca sobre as crianças pequenas uma responsabilidade, uma exigência de esforço e concentração inadequada à sua idade. A educação também deve ser pensada na perspectiva de seu direito a brincar, ao jogo, no sentido de proporcionar um desenvolvimento integral e não simplesmente a inteligência. (KUHLMANN, 2007, P. 10)

Portanto, na contemporaneidade, na mais recente concepção de infância, o que registramos é que uma criança da vida moderna, é um ser único, completo e, ao mesmo tempo em crescimento e em desenvolvimento, uma vez que suas características estão em total transformação, que ocorre tanto em seu aspecto físico quanto ao seu cognitivo. Seu amparo junto às políticas públicas, subsidiada por uma pedagogia preocupada com os cuidados e a educação nessa fase tão importante da vida, ofertando carinho e proteção por parte dos adultos. Sônia Kramer (1987, p. 11). “a educação deve proteger o natural infantil, preservando a criança da corrupção da sociedade e salvaguardando sua pureza”.

É importante lembrar que a educação infantil, ofertada pelas creches e pré-escolas, deve ser um espaço onde as pessoas adultas devem estar muito bem preparadas para efetivação da educação no sentido de preparação para a vida, desde a pequena idade, em outras palavras, que o trabalho dos educadores, não sejam tão somente dedicado ao zelo, mas de caráter educativo, compreendendo que deve-se formar e informar, para que desde cedo, os infantes sejam cidadãos capazes de contribuir para a sociedade, sendo pessoas questionadoras e pensantes, conhecedora dos seus direitos, mas sobre tudo dos seus deveres.

5 A INFÂNCIA E A EDUCAÇÃO ESCOLAR

Em consequência das transformações sociais, econômicas e políticas no decorrer do tempo surge a necessidade de se criar instituições de atendimento à criança e as mães trabalhadoras. Tudo isso parte das concepções da invisibilidade das crianças, sem direitos elementares, e segue um caminho lento e gradual até a atualidade, quando as reivindicações da sociedade civil, de movimentos sociais, estudiosos da área, colocaram em destaque a ideia de defesa, de amparo e proteção para as crianças enquanto as mães trabalham fora do contexto familiar.

Sendo um processo, as primeiras iniciativas para amparo e proteção partiram da preocupação dos médicos higienistas com as grandes taxas de mortalidade infantil até o início do século XX. Sônia Kramer assim escreveu:

[...] voltadas, quando muito, para a liberação das mulheres para o mercado de trabalho ou direcionar a uma suposta melhoria do rendimento escolar posterior, essas ações partem também de uma concepção de infância que desconsiderava a sua cidadania e desprezava os direitos sociais fundamentais capazes de proporcionar às crianças brasileiras condições mais dignas de vida. (Kramer, 1988, p.199)

Diversos autores se acostam ao pensamento de Kramer e nos remetem à reflexão sobre as reais razões pelas quais as creches foram criadas, isto é, com fins de amparar as crianças, ao tempo em que, apoia as mães na luta cotidiana.

As referências históricas da creche são unânimes em afirmar que ela foi criada para cuidar das crianças pequenas, cujas mães saíam para o trabalho. Está, portanto, historicamente vinculada ao trabalho extradomiciliar da mulher. Sua origem, na sociedade ocidental, está no trinômio mulher-trabalho-criança. Até hoje a conexão desses três elementos determina grande parte da demanda. (DIDONET, 2001, p. 12)

Não se tem dúvidas de que a promulgação da Constituição Federal de 1988, foi um marco muito importante para essa modalidade de ensino, pois estimulou as discussões sobre, como se preparar para construção de projetos sobre as instituições ofertante dessa modalidade de ensino, a educação infantil. Até chegar

ao novo modelo dessas instituições, foi um longo trajeto a ser percorrido no qual surgiram vários documentos que visavam garantir um olhar mais atento para nossas crianças.

Neste sentido, Kuhlmann Júnior (2001, p. 60) diz, que:

as leis para fundação dessas instituições tem início no final do século XIX e no início do século XX.[...] criaram-se leis e propagaram-se instituições sociais nas áreas da saúde pública, do direito da família, das relações de trabalho, da educação. [...]

Desse modo, fica assegurado por lei os direitos básicos e fundamentais das crianças, no que se refere à oferta da educação infantil. Fica estabelecido que esses direitos é dever do Estado em parceria com os municípios, com a família, e as comunidades, enfim, da sociedade como um todo. Como diz o Referencial de Qualidade para a Educação Infantil,

De acordo com os dispositivos constitucionais e com a LDB, cabe aos municípios a responsabilidade pela Educação Infantil. Mas para que o reconhecimento legal do dever do Estado e do direito da criança a ser atendida em creches e pré-escolas possa ser efetivado e para que esse atendimento se vincule efetivamente à área educacional, é necessária uma ação conjunta dos governos, nas instâncias federal, estadual e municipal, e a parceria com a sociedade. (RNQEI,2006, p,33)

No tocante às políticas públicas voltadas para a infância, a criança deixa de ser alguém sem importância, aquela ‘coisinha engraçadinha, segundo Philippe Àries, (1978, p. 10) “(...) enquanto ela ainda era uma coisinha engraçadinha. As pessoas se divertiam com a criança pequena como um animalzinho, um macaquinho impudico.” e se inaugura um novo tempo. Ela é vista como perspectiva de futuro, pois a legislação brasileira contempla o direito das crianças de 0 a 6 anos o acesso às creches e à pré-escola, estabelecendo que é dever do Estado o acesso às instituições de ensino. De acordo com o artigo 30, da LDBEN:

Art. 30. A educação infantil será oferecida em: I – creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II – pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade. (LDBEN, 1996, p.22)

Ainda que, não haja obrigação da família matricular as crianças de até 3 anos, está previsto na LDB, que toda criança tem esse direito. É obrigação dos municípios oferecer, com ajuda do Estado creches e pré-escolas à todas as crianças. O resultado disso é a garantia que o cuidar e educar não deve se separa na rotina dessas instituições.

Em face dessa realidade, LDBEN, (2010, p.10) definiu: “é dever do Estado garantir a oferta de Educação Infantil pública, gratuita e de qualidade, sem requisito de seleção”. No entanto, Moysés Kuhlmann, contrariamente, afirma que a educação oferecida por essas instituições para o público infantil das camadas populares, no que discerne a qualidade é um tanto discriminatória.

Desde o início, elas foram pensadas como instituições educacionais. No entanto para as classes populares, para as crianças pobres reiteradamente se pensou uma educação pobre para os pobres, uma educação de baixa qualidade para os pobres. Aí poderíamos qualificar esta educação como assistencialista, no sentido de revelar um preconceito com a pobreza. No momento de atender a criança pobre já se quer economizar muito mais. Esse tipo de visão preconceituosa em relação às classes populares no Brasil ainda persiste de alguma forma. (KUHLMANN, 2007, p. 3).

No entanto, esse especialista considera que houve alguns avanços, como exemplo, cita a incorporação ao sistema educacional, facultando o direito a qualquer criança de acesso as instituições para esses fins e completa que as pessoas de classes mais abastadas da sociedade, certamente não iriam procurar uma creche para educar os filhos.

É claro que tivemos avanços. A incorporação ao sistema educacional, de alguma maneira, indica o sentido de tratar a educação infantil como universal, como direito de qualquer criança, mas a realidade ainda está bastante disso. Uma família de classe media dificilmente buscara uma creche para educar seus filhos. (KUHLMANN, 2007, p.3)

Contudo, estudos afirmam que os primeiros anos de vida são de muita importância para que a criança se desenvolva nos aspectos: biológico, emocional, cognitivo e social, isto é, a melhor fase da vida das crianças para a construção da aprendizagem. Para que isso ocorra de maneira eficaz, é conveniente ressaltar

alguns itens primordiais. Entre eles um ambiente adequado, professores qualificados e observadores atentos. Os docentes têm um papel bastante significativo para o êxito do desenvolvimento das crianças, mas para tanto, a LDB, Lei 9394/96, em seu artigo 62, quanto a formação mínima exigida, ter licenciatura plena para atendimento da educação infantil ao ensino médio.

A formação dos docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida como formação mínima para o exercício do magistério na Educação Infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal. Dessa forma, a legislação indica como deverá ser conduzida a formação, propondo um viés escolarizante e incluindo apenas os profissionais que estejam habilitados em cursos de magistério ou cursos superiores. No entanto, quando percebemos o cotidiano das instituições, sabemos que um grande número delas, especialmente as que atendem crianças menores de zero a três anos, tem, nos seus quadros, profissionais sem formação específica ou ainda sem nenhuma formação. (LDB, 9394/96)

É nesse contexto que o debate sobre a qualidade da educação infantil exige a formação dos educadores desse nível de ensino. Para tanto, o docente deve se apropriar de formações essenciais para poder ampliar seu léxico de conhecimentos e adentrar no mundo das crianças, e assim poder conhecer a individualidade e características delas, de forma que possa contribuir para a integralidade do seu desenvolvimento. Para o enfrentamento de tais demandas, exige-se formação especial para os professores atuantes na educação infantil.

Conforme os estudos de Sônia Kramer:

A formação de profissionais de educação infantil precisa ressaltar a dimensão cultural da vida das crianças e dos adultos com os quais convivem, apontando para a possibilidade de as crianças aprenderem com a história vivida e narrada pelos mais velhos, de modo que os adultos concebam a criança como sujeito histórico, social e cultural. Reconhecer a especificidade da infância – sua capacidade de criação e imaginação – requer que medidas concretas sejam tomadas e posturas concretas sejam assumidas. A educação da criança de 0 a 6 anos tem o papel de valorizar os conhecimentos que as crianças possuem e garantir a aquisição de novos conhecimentos, mas, para tanto, precisa de um profissional que reconheça as características da infância. (KRAMER, 2005, p. 225).

Assim, tanto a formação inicial como a continuada com fins ao atendimento de qualidade nas creches, com a oferta da educação infantil, deve considerar o cuidar e educar, objetivando o desenvolvimento integral, ensejando que o desenvolvimento infantil vá além da apresentação de conteúdos. Deve-se ter um olhar atento ao direito adquirido, que é uma conquista da sociedade.

Aos poderes públicos, fica incumbido a aplicação das leis em caráter de emergência, sobre tudo no que diz respeito à formação dos professores, a valorização financeira e investimentos adequados pensando em qualidade de ensino para que as crianças, nessa nova concepção tenham respeitados os direitos, que ainda resistem em sair do papel e se tornar realidade, conferindo a esses pequenos cidadãos o respeito e os direitos que merecem.

6 CONSIDERAÇÕES

Na presente pesquisa cuja proposta foi o delineamento da concepção de infância ao longo do tempo nas perspectivas educativas, sociais e escolar, de acordo com as contribuições de Àries, Kulhmann e Kramer e de documentos oficiais, verificou-se que a concepção de infância é uma construção histórica, uma construção da Idade Moderna, especialmente na França, onde se começou a olhar a criança na sua forma de ser, atrelado ao processo de transformação das ideias e ao comportamento social.

Nesse percurso, buscou-se descrever como se dá a evolução dos processos do cuidar e educar ao longo do tempo, apresentar a evolução da infância na escola ao longo do tempo, bem como verificar a influência das modificações sobre a concepção de infância ao longo do tempo na legislação brasileira.

A partir da análise da obra de Philippe Ariès, História Social da Criança e da Família, foi possível observar sobre a evolução histórica do sentimento de infância. Até o século XVI, as crianças misturavam-se com os adultos, participando de todas as atividades. A diferença entre eles era, apenas o tamanho e a força física.

No Brasil, os cuidados com a criança começam com a roda dos expostos. Instituição importada da Europa durante o Brasil Colônia. Funcionava em caráter assistencialista com acolhimento das crianças abandonadas. Mas, no passar dos tempos, os debates sobre as instituições de educação infantil na transição do Império para a República eram destinadas a educação das mães e crianças pobres.

O binômio “cuidar e educar” ganhou força com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que garante o atendimento em creches e pré-escolas para crianças até seis anos de idade como sendo dever do Estado. A partir daí, a Educação Infantil ganha novo enfoque sobre as concepções de crianças e infância no chão da creche e da escola, onde o cuidar e educar se confundem e são essenciais para o desenvolvimento das crianças. Mas para que haja um cuidado em consonância com o educar, convém lembrar que o agente responsável na execução desse trabalho deve ser alguém que goste do que se propõe a fazer e que esteja devidamente preparado. Como foi dito, esses profissionais devem ter curso em nível superior e participar das formações continuadas. Estas servem de alicerces como orientação do trabalho pedagógico, a ser realizado com as crianças, com

vistas a melhorar o processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças e preparando-as para a etapa seguinte da vida escolar, o Ensino Fundamental.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil acatou a propositura da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96), que estabelece que a Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica.

Diante do exposto, conclui-se que no longo trajeto desde os tempos da infância negligenciada até a atualidade a concepção de infância tem se delineado de forma gradativa e ascendente. Acredita-se que ainda há muito a se fazer, por entender que é das crianças que se espera um futuro promissor para a nação. No entanto, elas sozinhas não conseguirão. Precisa que mais investimentos no que se referem a políticas públicas nos cuidados com os pequenos, sejam nas instituições de ensino ou fora delas. É imprescindível que elas tenham assistência à saúde de qualidade, bem como uma escola que atenda os direitos elementares, que venham possibilitar o desenvolvimento das crianças nos aspectos cognitivos, emocionais e sociais.

É preciso compreender que a ausência ou deficiência de políticas públicas que atendam as demandas educativas na Educação Infantil vai de encontro as leis que regem a dinâmica de funcionamento das creches e das pré-escolas. A assistência as famílias de baixa renda seria uma forma de suprir as necessidades básicas dessas crianças quando estiverem fora das instituições de ensino.

Como resultado dessa pesquisa, ressalta-se a evolução histórica da concepção de infância e do cuidar e educar nas instituições de ensino para esse nível e a aplicação das leis que garantem que essas crianças cresçam com saúde, sendo cidadãos responsáveis, comprometidos com seus deveres, mas consciente dos seus deveres. Para que, futuramente, venham a serem homens e mulheres felizes, contribuintes de uma sociedade mais justa, mais humana e igualitária.

Também, percebeu-se que as relações do cuidar e educar só serão possíveis com ações pedagógicas viabilizadas por docentes comprometidos com essa causa. Portanto, esses profissionais precisam ser valorizados através de insumos financeiros e de formação continuada de qualidade.

Esses resultados contribuíram para entender o processo histórico da concepção de infância. E, apesar de entrar neste assunto, sanando algumas questões, a pauta desta esta pesquisa não acaba aqui, uma vez que muitos

questionamentos ainda surgirão acerca do assunto. Abrindo, desta forma, portas para novas discussões.

Por fim, é importante afirmar que os objetivos da pesquisa foram alcançados, enriquecendo o conhecimento específico da matéria e deixando também o presente trabalho como contribuição para estudos da Pedagogia.

REFERÊNCIAS

ÀRIES, Phillippe. **História Social da Criança e da família**. 2. ed. Tradução: Dora Flaksman. Rio de Janeiro: LTC,1981.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa**. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Nacionais de Qualidade para as Instituições de Educação Infantil**. Brasília: MEC, 2006. <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/eduinfparqualvol1.pdf>. 16/06/2018.

_____. **Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil** – Volume 1. Brasília: MEC/SEB, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/eduinfparqualvol1.pdf>.16/06/2018.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília,1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC,SEB, 2010.

_____. Lei de Diretrizes Bases para a Educação Infantil. Brasília: MEC, SEB, 2005. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>. Acesso: 31/05/2018.

BUENO, Silveira. **Dicionário Silveira Bueno**. Editora Didática Paulista, p. 487.São Paulo. [2000?] data provável.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **A desoficialização do ensino no Brasil: a Reforma Rivadávia**. Educ. Soc., Campinas: vol. 30, n. 108,p. 717-738. Out. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v30n108/a0530108>. 30/05/2018.

DIDONET, Vital. CORSINO, Maria Fernanda Rezende. **Educação Infantil no Brasil: primeira etapa da educação básica**. Brasília: MEC/SEB, Fundação Orsa. 2011. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002144/214418por.pdf>. 13/06/2018.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Brasiliense, 2001. Disponível em: http://www.letras.ufrj.br/veralima/historia_arte/Hilario-Franco-Jr-A-Idade-Media-PDF.pdf. 13/05/2018.

FREITAS, Marcos César de. Para uma sociologia histórica no Brasil. .__(Org.). **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003.

GIL, Antonio Carlos, **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**, São Paulo, Atlas, 1994. Disponível em: <https://materialinglesfe.files.wordpress.com/2012/11/texto-03-delineamento-da-pesquisa.pdf> .17/05/2018.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da Educação Brasileira: Leituras**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

KRAMER, Sônia. Infância e educação: o necessário caminho do trabalhar contra a barbárie. In: _____ (Org.) **Infância e Educação Infantil**. 2. ed. Campinas: Papirus, 2002.

_____. **Infância e Produção Cultural**. Campinas: Papirus, 1999.

_____. Educação Infantil e Currículo. In FARIA. A.L.G, PALHARES. M. S. **Educação infantil pós LDB: rumos e desafios**. São Paulo: Autores Associados, 1999.

KUHLMANN JR, Moysés. **Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre, Mediação, 1998.

_____. **Educação Infantil – Segmento que deve ser valorizado**. Difusão de Ideias. Fundação Carlos Chagas. Outubro de 2007. p. 1-5. Disponível em: http://www.fcc.org.br/conteudos/especiais/difusaoideias/pdf/entrevista_educacao_infantil.pdf. 17/06/2018.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil. 1726-1950**. In: FREITAS, Marcos Cezar. (Org.) **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez Editora, 1997. P. 51-76.

MACHADO, Charliton José dos Santos. **História da Educação Brasileira I. Trilhas do Aprendiz**, Vol. 1. João Pessoa. Editora Universitária-UFPB, 2009.

MAIA, Osvaldo Barbosa. **História da Educação Brasileira II. Trilhas do Aprendiz**, Vol. 2. João Pessoa. Editora Universitária-UFPB, 2009.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2005.

PONCE, Aníbal. **Educação e luta de classes**. 21. edição, São Paulo: Cortez, 2005

SARMENTO, Manuel J. **Imaginário e culturas da infância**. Texto produzido no âmbito das atividades do Projeto “As marcas dos tempos: a interculturalidade nas culturas da infância.” Projeto POCTI/CED/2002.

VEIGA, Cynthia Greive. **Sentimentos de vergonha e embaraço: novos procedimentos disciplinares no processo de escolarização da infância em Minas Gerais no século XIX**. In: CONGRESSO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS, 2. 2003, Uberlândia. Anais... Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2003. Disponível em: <http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/viewFile/1648/1024> 21/05/2018.